

# União inédita de Carreiras Típicas de Estado dá pontapé inicial à mobilização em Santos



# União inédita de Carreiras Típicas de Estado dá pontapé inicial à mobilização em Santos

O Dia Nacional de Mobilização pelo Direito a um Serviço Público de Qualidade promoveu no dia 28 de julho em Santos o encontro inédito das Classes dos Auditores-Fiscais da Receita Federal e do Trabalho, Procuradores e Advogados da Advocacia Pública da União, Peritos e Delegados de Polícia Federal todos engajados em lutar, agora de forma unida, por melhores condições de trabalho, para prestar um serviço de excelência para a sociedade.

da negociação coletiva, inclusive como forma de garantir a executoriedade dos acordos firmados com o governo”, afirmou Carmem Cenira Melo, Auditora Fiscal do Trabalho.

Os representantes das Classes no evento fizeram uma breve explanação da realidade vivida nas repartições evidenciando que os problemas enfrentados nos diferentes órgãos são mais comuns do que se esperava. Ingerências de ordem política, diárias cortadas ou reduzidas e falta de infra-estrutura e de equipe de apoio foram apenas alguns dos exemplos citados.

O Delegado de Polícia Federal Paulo Cezar Oliveira ressaltou em sua explanação que as classes fazem parte de uma coletividade de servidores que trabalha para a sociedade e não para o presidente do país ou para o chefe imediato, frisando ainda: “A sociedade tem conhecimento da importância de cada carreira aqui representada”.

“É a primeira vez, desde 1986, que vejo carreiras de Estado distintas unidas por um mesmo propósito. Com esse gesto, conseguimos uma retaguarda maior para pleitear o que precisamos para dar o devido retorno de nosso trabalho à sociedade”, discursou o Perito de Polícia Federal, Francisco Cabral.

O Auditor Fiscal e Diretor Secretário do Sindifisco Nacional, Maurício Zamboni, exaltou o momento ímpar vivido pelas classes representadas no evento. “Nossas categorias estão reunidas não só para pleitear uma remuneração compatível com nossas atribuições, mas também um serviço público de qualidade. Nossos órgãos são de Estado e, por isso, neste momento não podemos nos esquecer da luta por nossas leis orgânicas e das garantias para que possamos exercer o nosso trabalho de forma pessoal”, defendeu.

“Estou muito feliz por esta mobilização conjunta! É importante para todas as classes envolvidas lutarem por uma lei orgânica e outras bandeiras, como a regulamentação

A Advogada da União Mônica Baronti defendeu a luta pela lei orgânica do Fisco, descrevendo situações do dia a dia dos membros de sua Classe em que ingerências ficam evidenciadas e ressaltou a importância da negociação coletiva: “Temos de lutar no Congresso Nacional para que Propostas de

“Não me envergonho de mudar de ideia, porque não me envergonho de pensar...” (Blaise Pascal, matemático e cientista)

“A primeira virtude de um juiz tem de ser a independência. E a independência não é coisa abstrata. É independência do poder econômico, do poder político, do poder da imprensa e da opinião pública, independência dos próprios preconceitos. Felizmente, vejo essa independência posta em prática diariamente não apenas no Supremo, mas em todo o Judiciário, que é o menos corrupto dos poderes.” (Ellen Gracie, juíza e ministra do Supremo Tribunal Federal)

- \* FACE-Classe decide realizar nova assembleia sobre adequação regimental.p 5
- \* DS/Santos defende “Auditor não é malfeitor”..... pág. 8
- \* Eleições 2012/2013 - Três chapas concorrerão à eleição nacional.pág. 11
- \* Espaço do Auditor: “Corrupção endêmica sedimentada...” ..... pág. 12

Emenda à Constituição que prevejam convenções e acordos coletivos do serviço público sejam aprovadas”, afirmou.

O Auditor Fiscal da Receita Federal e presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, citou o movimento de 2008 que, embora tenha começado devagar, foi muito bem sucedido: “É muito importante as entidades aqui representadas caminharem juntas, assim como é muito importante a capacidade de mobilização individual e a conscientização de todos nós a respeito da valia de protegermos nossas instituições de quaisquer ingerências, sejam políticas, sejam econômicas”.



Por isso, defendeu a importância da valorização dos cargos e a lei orgânica, com destaque para o instituto da Lista Tríplice. “Com a lei orgânica, teremos a devida proteção legal para atuar em favor da sociedade, a qual, tenho certeza, reconhece a importância de nossas categorias”, expressou. Clemente declarou ainda, a respeito do sucateamento dos órgãos e das condições de trabalho das categorias representadas, que “quando algo é feito para não funcionar é porque está funcionando para alguém”, defendendo que as Classes se prepararem para o fortalecimento do movimento sindical e político, considerando que o trabalho do Fonacate – Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado – possa ser um importante embrião neste sentido.

Os presentes ao plenário também fizeram colocações e esclareceram dúvidas. Todos se comprometeram a mobilizar mais e mais colegas em seus locais de trabalho e a marcar novos encontros semelhantes para o fortalecimento desta luta que está apenas começando.

Também ficou consensuada a entrega de um documento solicitando o empenho dos colegas que estão

administradores em todos os órgãos representados à campanha por um serviço público de qualidade. O presidente da DS/Santos

lembrou que a carta não seria entregue ao Inspetor da Alfândega de Santos, conforme decisão da Assembleia Local de 26 de julho, tendo em vista que o Auditor José Antonio Gaeta não cedeu o Auditório da Alfândega para o encontro de 28 de julho, sob o argumento de que o evento reuniria outras categorias, colocando-se em contraposição ao aprovado pelas classes em suas respectivas assembleias, mesmo sendo todas carreiras típicas de Estado. Em razão disso, o evento teve de ser realizado em outro local, no Sindicato dos Conferentes, que gentilmente cedeu seu auditório, por intermediação da Diretora Jurídica, Maria Cristina Euzébio.

**Dia 24 de agosto**

## Debate e conscientização em Santos no Dia Nacional de Paralisação



Audidores puderam esclarecer questões quanto ao futuro da mobilização e sobre a insegurança funcional.

Dagoberto abriu os debates declarando estar satisfeito com o nível de conscientização dos colegas de Santos a respeito do momento vivido pela Classe, quando o Governo, apesar dos sucessivos recordes de arrecadação, vem declarando publicamente que não irá negociar com as categorias, sob o pretexto da econômica mundial.

O dia de Paralisação, 24/08, em Santos foi marcado pelo debate e conscientização sobre a importância de os Auditores Fiscais da RFB manifestarem para o Governo que exigem a abertura de uma negociação efetiva, que inclua essencialmente a implementação da Lei Orgânica do Fisco. Mais do que reajuste salarial, a reunião debateu a fragilidade da Classe com os sucessivos movimentos paredistas.

Com a presença do diretor de Defesa Profissional da Diretoria Executiva Nacional (DEN), Dagoberto da Silva Lemos, ao longo da manhã, os

Os colegas também questionaram os rumos do movimento conjunto com os Delegados da Polícia Federal e Advogados da União e externaram preocupação com o fato de a Administração da RFB não defender a pauta de reivindicações da Classe perante o Governo, uma praxe que vem se repetindo ao longo dos anos.

Dagoberto destacou a importância da união entre os Auditores Fiscais em todos os momentos, seja na mobilização ou no dia a dia. “Tem de haver solidariedade em nossa Classe”, conclamou.

### ESPAÇO DA SUGESTÃO

Expresse sua opinião, críticas e sugestões para o aperfeiçoamento de nossa entidade sindical, depositando este papel em nossas urnas na ALF e DRF, ou enviando email para [unafisco@unafiscosantos.org.br](mailto:unafisco@unafiscosantos.org.br).

## Assembleia decide realizar nova votação sobre alteração regimental para implementação do FACE

A Assembleia Geral de Santos iniciada em 20 de maio e retomada no dia 22 de junho decidiu que deverá ser realizada uma nova assembleia para fins de adequação do Regimento Interno da DS/Santos ao Estatuto



Assembleia do dia 22 de junho

do Sindifisco Nacional, de modo a permitir, como já ocorre com o Sindicato Nacional, em seu art. 16, inciso III, que a DS/Santos estabeleça contribuição financeira extraordinária para seus filiados por meio de Assembleia Geral Extraordinária.

Apresentamos, a seguir, uma retrospectiva da Assembleia Geral Extraordinária iniciada em 20 de maio e concluída no dia 22 de junho:

### 20 de maio - A Assembleia Geral Extraordinária

Convocada com mais de um mês de antecedência, a Assembleia Geral Extraordinária tinha como pauta dois itens:

- 1- alteração regimental para fins de adequação ao Estatuto do Sindifisco Nacional, conforme anteriormente citado;
- 2 - deliberação da proposta de Regulamento para o Fundo de Auxílio - Caso Emblemático (FACE).

Logo no início, foi apresentada proposta de inversão de pauta, o que significou discutir primeiramente os artigos da proposta de Regulamento para o FACE elaborada por comissão específica, criada para este fim, em 24 de fevereiro, por assembleia.

Como os trabalhos avançaram no horário e apenas quatro dos 20 artigos haviam sido deliberados, decidiu-se que a Assembleia seria estendida até o dia 25 de maio e, desse modo, a votação em urna do item 1 da pauta também prosseguiria até a nova data, ocorrendo nos dias 23, 24 e 25.

### 25 de maio - Retomada a AGE

A Assembleia deu prosseguimento à análise da proposta de regulamento, mas como os debates se estenderam e o trabalho não foi novamente concluído decidiu estender, mais uma vez, a Assembleia, tornando-a permanente até que a deliberação do regulamento fosse finalizada.

A próxima reunião ficou marcada para o dia 31 de maio.

A Assembleia também decidiu que a votação em urna do item 1 da pauta seria estendida até o dia 30 de maio e que seriam instaladas urnas de votação a partir do dia 26 de maio até 30 de maio na sede da DS/Santos e na Delegacia da Receita Federal.

### 31 de maio - Retomada da AGE e formação de Comissão de Auditoria

O presidente da DS/Santos retomou a Assembleia comunicando que na semana anterior estivera em Brasília, participando da reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), e que, ao retornar, no dia 27 de maio, havia tomado conhecimento de que no dia 25 de maio a AGE havia prorrogado o prazo de votação e permitido a abertura de novas urnas. Também havia tomado conhecimento de suspeitas de fraudes nos votos de uma determinada urna.

Informou que havia convocado uma reunião de diretoria em caráter de emergência, no dia 30 de maio, com o objetivo de discutir o encaminhamento a ser dado à assembleia, tendo em vista as denúncias e ainda o fato de não terem sido apresentadas provas ou feita representação por escrito sobre o caso. Contudo, não houve consenso na reunião de diretoria para que fossem tomadas deliberações, decidindo-se levar a discussão para Assembleia.

No dia seguinte, 31 de maio,

ao abrir a Assembleia declarou que em sua avaliação a lisura do processo em andamento estava totalmente comprometida: "A Presidência entende que o processo de votação da presente AGE está com a lisura comprometida, não apenas pelas suspeitas de irregularidades, mas também pela questão da legalidade, que posteriormente pode ser questionada na colocação de novas urnas, o que desrespeitou o Edital de Convocação. Apresento, portanto, proposta para anulação deste processo e a submeto a esta Assembleia para deliberação".

Houve manifestações contrárias à anulação do processo nos moldes apresentados. A assembleia foi suspensa pelos presentes para que os diretores voltassem a se reunir e decidissem, desta vez, sobre a proposta apresentada em plenário. A diretoria resolveu rejeitar a proposta apresentada pela Presidência e propôs à assembleia que fosse constituída uma Comissão de Auditoria do Processo de Votação em andamento, em consonância com a proposta apresentada em plenário pelo Auditor Elias Carneiro.

A Presidência da DS/Santos retirou a proposta e a assembleia votou a criação da comissão, aclamando por unanimidade o nome do Auditor José Couto como um de seus três integrantes, sendo que os outros dois deveriam ser escolhidos pelo próprio colega e posteriormente informado à Classe. Também decidiu-se que a comissão

teria o prazo máximo de 30 dias, após sua completa formação, para apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos. José Couto convidou os Auditores Henrique Marconi e Marcio Cunico para integrar a comissão.

#### 14 de junho - Relatório entregue

Nesta data, a Comissão de Auditoria apresentou seu relatório conclusivo à Presidência da DS/Santos, que divulgou a retomada da AGE em 22 de junho para sua deliberação.

#### 22 de junho - Deliberação do Relatório de Auditoria

A Assembleia foi informada da existência de um documento, subscrito por mais de 50 Auditores, solicitando a apuração formal e oficial dos votos, bem como a apresentação das listas de votantes e das urnas.

A DS/Santos informa aos subscreventes que as urnas e listas sempre estiveram disponíveis para serem vistoriadas por qualquer filiado, trabalho que já fora realizado pela Comissão de Auditoria responsável pelo relatório que fora votado na presente

assembleia. O trabalho de análise conclusivo da comissão foi lido e após debates e esclarecimentos, junto ao secretário da Comissão, José Couto, foi submetido à deliberação. Basicamente, o texto mantém o processo de votação e anulava um voto o qual se constatou ser irregular, pois o seu autor não havia comparecido para votar.

Por três votos de diferença, o relatório da Comissão de Auditoria foi rejeitado, tendo surgido nova proposta no decorrer da assembleia, similar à apresentada pela Presidência da DS/Santos na Assembleia realizada no dia 31 de maio: anulação de todo o processo e início de um novo processo, tendo a Diretoria da DS a incumbência de preparar uma orientação sobre procedimentos para votações em urnas na DS/Santos, contendo número de mesários necessários, assinaturas das cédulas, entre outros. A proposta de anular todo o processo e iniciar uma nova votação recebeu 17 votos favoráveis e apenas um contrário.

### Reunião de Diretoria decide

A diretoria da DS/Santos reuniu-se no último dia 8 de agosto e decidiu que abrirá o prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste Boletim, para que os filiados possam consultar todos os documentos relativos ao processo de votação da adequação estatutária em andamento e que

foi objeto de auditoria, incluindo as urnas lacradas, a listagem de assinaturas dos filiados votantes, o parecer da Comissão de Auditoria, entre outros, em resposta ao documento apresentado na última Assembleia Geral.

Após este prazo, será

marcada uma nova Assembleia para reiniciar o processo que poderá permitir a implementação do Fundo de Auxílio - Casos Emblemáticos (FACE), conforme aprovado em duas ocasiões, sendo que na última AGE de 24 de fevereiro a aprovação ocorreu com 71 votos favoráveis, 14 contrários e cinco abstenções.

A Presidência da DS/Santos lamenta que a implementação de um fundo já votado e de interesse da Classe seja tão burocratizado a ponto de seu mérito se perder em

meandros que retardam um bem comum ao conjunto dos Auditores. Apesar de todos trabalhos dispendidos até agora, insistimos para que os colegas analisem o mérito do fundo e ajudem em sua implementação para que a insegurança funcional hoje vivida seja ao menos minimizada, enquanto não se conquista em lei a garantia de somente perder o cargo após a sentença judicial transitada em julgado, pois injustiças poderão acontecer com qualquer um.

## DS/Santos defende que Auditor não é “malfeitor” e se solidariza com colega demitido do RJ

A DS/Santos solidariza-se com o Auditor Fiscal Cesário Ferreira, filiado à DS/RJ, em razão de sua demissão em decorrência de Processo Administrativo Disciplinar, e apóia o manifesto de autoria dos colegas do RJ publicado na edição de 20 de julho do Boletim Informativo da DEN, no qual conclamam “a Diretoria Executiva Nacional do Sindifisco Nacional a envidar todos os esforços para reverter a demissão do colega, pedida pela PFN em desacordo com a decisão de arquivamento de processo encaminhada pela Corregedoria-Geral da Receita Federal”.

Informamos, a propósito, que Santos registrou um caso idêntico recentemente, quando o Auditor-

Fiscal Dorival Vicente teve a sua aposentadoria cassada por decisão da PFN, em desacordo com a Coger. O caso do colega Dorival foi aprovado como sendo “Caso Emblemático” pela Assembleia Local em 11/2009 e pelo CDS em 12/2009, passando a ser de interesse de toda a Classe. Santos registrou ainda neste período outros dois casos que também foram submetidos à apreciação da Assembleia Local e ao CDS, que assim os considerou também como emblemáticos. Um deles, inclusive, já teve decisão administrativa que não redundou na demissão do Auditor, o que demonstra o posicionamento acertado tanto da Assembleia Local como do CDS.

Também exortamos a DEN a empenhar-se na resolução dos outros dois casos de Santos e propomos à DS/RJ que submeta o caso de seu filiado à Assembleia Local e ao CDS, para que também possa ser julgado como de interesse de toda a Classe.

Entendemos, ainda, que nenhum Auditor-Fiscal pode ser considerado “malfeitor” prejudicadamente, por simples decisão administrativa ou mera pressão da opinião pública, e consideramos que é prerrogativa do cargo, como nossos pares no Estado, a garantia de apenas sermos demitidos após sentença judicial transitada em julgado e, portanto, somente ser cabível ao Auditor perder a remuneração após a devida sentença judicial.

Todavia, enquanto não conquistamos esta garantia a ser buscada de todas as formas cabíveis, a DS/Santos conclama aos colegas do RJ a juntarem-se à rede de apoio à implementação do Fundo de Auxílio aos Auditores cujos Casos tenham sido considerados Emblemáticos

(FACE) por toda a Classe, exatamente para socorrer este caso exposto pela própria DS/RJ e outros existentes por todo o Brasil.

O chamado FACE, que nada tem de “bolsa malfeitor”, é uma solução para minimizar o problema financeiro do Auditor e de sua família, enquanto ele busca reverter a decisão administrativa na Justiça. É uma questão de solidariedade de Classe e defesa do cargo, auxiliando o colega quando ele mais precisa defender sua dignidade e o sustento de sua família.

Diversos Auditores já conseguiram ver a necessidade do Fundo para o conjunto da Classe. Tanto é assim que além de já ter sido aprovada a criação do fundo localmente pela Assembleia de Santos em duas consultas, o FACE também já foi aprovado pelo CDS, na reunião de 22 de novembro de 2010. Após ser aprovada sua proposta de regulamentação, o FACE deverá ser submetido à apreciação de toda a Classe em Assembleia Nacional.

**Nenhum Auditor pode ser considerado ‘malfeitor’ prejudicadamente**

## Representante da Assefaz em Santos

Os Auditores-Fiscais de Santos interessados em ser o representante em nossa localidade da Fundação Assefaz (Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda) devem contatar o presidente da DS/Sorocaba, Kazunori Eto, o mais brevemente possível, enviando mensagem para unafisco@globocom.com.

### Valorização do cargo

## Nova carteira funcional é conquista para todos, incluindo aposentados

No mês passado, a RFB começou a entregar o 1º lote da nova carteira funcional dos Auditores Fiscais da RFB.

Esta importante conquista proveniente do trabalho do Sindicato pela valorização do cargo do Auditor Fiscal é mais uma forma de reconhecimento de nossa condição de Autoridade de Estado, conforme três informações que corroboram isto: o Auditor tem acesso irrestrito a estabelecimentos públicos e privados, o direito de requisitar força policial quando julgar necessário e ainda o direito a portar arma. Além disto, a nova carteira também está sendo confeccionada para os Auditores que estão aposentado, outra importante conquista que exigiu inúmeras gestões do Sindicato, tendo em vista a visão da Administração da RFB de que a carteira era devida ape-

nas aos Auditores que estão ainda em atividade, como se o aposentado deixasse de ser Auditor Fiscal.

Para que a nova carteira seja confeccionada, basta que o Auditor confirme seus dados pessoais no SA3, conforme orientação das unidades. Sobre a carteira funcional para os que estão aposentados, como documentos e fotos, é preciso aguardar novas informações por parte da Administração da RFB.

Para requisitar o porte de arma a que tem direito, o Auditor precisa apresentar os documentos solicitados pelo Setor de Pessoal ao qual está subordinado. Ressaltamos que a manifestação da opção pelo porte de arma deve partir do Auditor, que pode até organizar-se em grupo para fins de solicitação.

### DS/Santos reforça importância da inclusão da RFB no Plano Estratégico de Fronteiras



Enquanto participava do Seminário Aduaneiro Internacional realizado em Foz do Iguaçu em junho, o presidente da DS/Santos ao lado de outros colegas solicitaram o apoio do Auditor Fiscal e deputado federal Amauri Teixeira para buscar uma interlocução com o Governo com o objetivo de integrar a RFB no Plano Estratégico de Fronteiras, do qual a Receita ficou de fora. O parlamentar imediatamente fez pronunciamentos na tribuna ressaltando a importância da RFB integrar o Plano.

## Aniversariantes do mês de julho e agosto



O caldo verde preparado pela filiada e diretora de Administração Glória Carmem Pinheiro, aniversariante, foi o prato principal da festividade de julho que, mais uma vez,



reuniu diversos participantes num clima de total confraternização e amizade. Também apagaram as velinhas do delicioso bolo as aniversariantes Izabel Pestana Faria e Ilza Duarte, pensionistas. Em agosto, ao sabor de delicioso churrasco, comemoraram mais um ano de vida a Auditora Lara Storer e o funcionário da DS, Val. Em setembro, na última quinta-feira do mês, dia 29, a partir das 19h30, venha comemorar ao lado dos aniversariantes. O endereço é rua Euclides da Cunha, 290 - Pompeia.

### Eleições sindicais - DS/Santos

As inscrições de chapas para concorrerem à Diretoria Executiva da DS/Santos, bem como ao Conselho Fiscal Local, se encerram no dia 30 de setembro. As eleições locais e nacional ocorrerão nos dias 9 e 10 de novembro. Na Assembleia Local do dia 26 de julho, a DS/Santos elegeu nove Auditores para comporem a Mesa Eleitoral Local e Nacional. São eles: Ana Maria de Assis Reimann, Ayrtton Figueira de Faria, Carlos Alberto Fernandes Correia, Farmoel Souza dos Santos, João Batista Conde, Nereide Simmonds, e três suplentes: Luiz Roberto Fernandes, José Carvalho do Couto e Altair Sebastião G. de Souza

### Inscritas três chapas para a eleição do Sindifisco Nacional

O prazo para inscrição de chapas para a eleição nacional encerrou-se no último dia 31 de agosto. Três chapas candidataram-se, a saber:

- Chapa 1 - Opinião e Unidade - presidente: Pedro Delarue;
- Chapa 2 - Transparência e Ação - presidente: Marcelo Lettieri;
- Chapa 3 - Renovar - presidente: José Mario R. da Costa

Conheça em nossa página a íntegra das chapas inscritas para o Sindicato Nacional: [www.unafiscosantos.org.br](http://www.unafiscosantos.org.br), em Últimas Notícias.

## Corrupção endêmica sedimentada na mentira, na simulação e na dissimulação

Corrupção endêmica é a decomposição da moralidade em estado habitualmente doentio. Mentira é o que não é, ao contrário da verdade, que é o que é. Simulação é fazer parecer real o que não é. Dissimulação é ocultar a existência do que realmente é. Segundo Washington de Barros Monteiro, na simulação faz-se aparecer o que não existe; na dissimulação oculta-se o que é; a simulação provoca uma crença falsa num estado não-real, a dissimulação oculta ao conhecimento dos outros uma situação existente; aquela procura uma ilusão externa, busca esta uma ocultação externa (dissimula-se o ódio, o rancor). Mas em ambas o agente quer o engano; na simulação quer enganar sobre a existência de situação não verdadeira, na dissimulação sobre a existência real. Se a simulação é um fantasma, na dissimulação é uma máscara. A corrupção está sedimentada em quase todas as atividades na comunidade no seu todo, em especial nos profissionais incorretos, como segue:

- O senador, o deputado ou o vereador menosprezando a importância de sua manifestação nas proposições legislativas, negligenciando interesses ocultos;
- No profissional da área médica, no pagamento dos serviços executados: consulta, laudos, cirurgias, etc. "sem recibo é tanto; com recibo é um tanto mais";
- No profissional da construção civil: executar obras colocando material de baixa qualidade no lugar daquele de boa qualidade tratado e/ou superfaturado;
- O contador formulando escrituração de forma que o cliente venha a não pagar tributos ou pagá-los a menor do que o devido;
- O professor enrolando aulas fugindo do verdadeiro conteúdo da matéria;
- O juiz proferido sentenças sem conteúdo jurídico ou vendendo sentenças;
- O fiscal oferecendo facilidades com objetivo de levar vantagens de atos ilícitos descobertos;
- O policial aceitando subornos em troca da não prisão do suposto criminoso;
- O jogador de futebol fingindo ter sido empurrado ou barrado na pequena área com o propósito de o juiz assinalar pênalti;
- O jornalista distorcendo a verdade dos fatos, visando interesses ocultos;
- O pastor coagindo os "irmãos" a contribuírem com o dízimo, em proveito próprio, violando a religiosidade dos assistentes do culto;
- O banqueiro exigindo juros extorsivos e apresentando balanços fictícios;
- O governador recebendo propinas.

O nosso Brasil só será uma grande nação se conseguir exterminar ou pelo menos diminuir em grande escala a corrupção que já se encontra no estado endêmico, a mentira dos "políticos" partidários, a simulação das concorrências públicas e a dissimulação de certos atos públicos. Tudo isso nos três níveis dos poderes políticos da nação brasileira.

Este artigo é de inteira responsabilidade de seu autor e não expressa necessariamente a opinião desta publicação. Leia a sua íntegra em nosso site. Envie-nos o seu artigo para ser publicado, no endereço [sindifisco@unafiscosantos.org.br](mailto:sindifisco@unafiscosantos.org.br)

**Expediente:** publicação produzida pela diretoria da DS/Santos, biênio 2009/2011. Diretor de Comunicação: Reinaldo Lauro Puglia - Jornalista e editora: Kelly Carlisano (MTb: 29.279).